

AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS EM DISPUTA E AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014 – 2024).

Flaviane Ferreira da Silva – Doutoranda/UFJF – flaviane.fv@gmail.com

A realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, carrega a marca de estar estritamente destinada a fazer a correção dos indicadores de analfabetismo. Uma das consequências para isto, tem sido o impacto causado quanto ao objetivo de efetivar as bases do conhecimento para aqueles que, por vários motivos, não conseguiram fazer o caminho regular de aprendizagem (RUMMERT; VENTURA, 2007).

Neste sentido, a questão política, principalmente as políticas públicas de proteção social, são importantes e devem ser desenvolvidas, bem como aplicadas, para que haja possibilidade de crescimento digno do sujeito, em todos os níveis da sua vida. A educação tem papel fundamental neste processo.

Para Saviani (1999), a educação relaciona-se de forma dialética, influenciando nas decisões e processos de transformação da sociedade. Desse modo, ao elaborar, organizar e pensar as políticas educacionais é fundamental que elas estejam alicerçadas a uma vivência prática, no cotidiano da vida.

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi consagrado enquanto política pública a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96. Ele é um plano que pode assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras, o oferecimento da modalidade da EJA, que atualmente, no PNE (2014 – 2024) está evidenciada pelas Metas três, oito, nove e dez.

Sabe-se também que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP tem monitorado as ações para que o PNE seja desenvolvido em âmbito nacional a partir da elaboração e vigência dos planos estaduais. Já foram divulgados pelo menos quatro relatórios com o objetivo de fazer cumprir a “atribuição de publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE, conforme determina a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014” (BRASIL, 2020).

Todavia, mais que fazer cumprir as metas, torna-se relevante destacar que a EJA constitui-se como uma modalidade de educação que busca desenvolver-se, enquanto direito constituído para os jovens e adultos. Desta forma, eles terão acesso à educação e

uma educação que lhes permita ser sujeitos da sua própria história e, portanto, construtores do seu conhecimento.

A partir desse foco, a luta empreendida é para que esses sujeitos sejam incluídos, a fim de constituírem-se integralmente como pessoas e não como mão de obra para o mercado de trabalho. Isto posto, cabe destacar também a presença dos Fóruns EJA Brasil¹, movimento constante que atualiza e instiga esta luta. Sabe-se que há uma complexa relação política existente ao longo do tempo no Brasil. Além disso, a política educacional tem sido marcada pela descontinuidade (SAVIANI, 2014), pela falta de planejamento de longo prazo, mesmo obtendo alguns avanços como os ocorridos pela manifestação civil ao longo da história.

Chama a atenção a inconstância para o estabelecimento de uma política de Estado, devido à correlação de forças ao longo do tempo. É justamente por este processo de descontinuidade política que se torna possível elencar, ao que parece, a constante falta de prioridade quanto a uma concreta e integral formação educativa da sociedade brasileira.

Desse modo, para esta proposta, apresentam-se como base as metas de ações estabelecidas para a EJA no PNE (2014 – 2024), tendo como referência as discussões feitas na atualidade tanto pelos relatórios do INEP, quanto pelo Fórum – EJA Brasil. Deseja-se compreender a escolarização de jovens e adultos a partir de 2014, isto é, como tem sido desenvolvida esta proposta e quais têm sido as políticas implementadas para atender a este público de maneira concreta nas escolas.

É importante ressaltar que a presente proposta faz parte de uma pesquisa maior, em que será realizada a avaliação das quatro metas supracitadas, tendo como temática a modalidade da EJA enquanto meta de ação presente no PNE (2014-2024).

Considerando as características deste trabalho, opta-se pelas contribuições da abordagem qualitativa como direção metodológica. Os procedimentos estabelecidos foram a revisão de literatura e a pesquisa documental no intuito de levantar informações acerca da elaboração de políticas educacionais nacionais a partir da implementação do PNE (2014 – 2024). A análise documental permitirá identificar, em fontes primárias e secundárias, informações que sirvam de subsídio para responder às questões da pesquisa.

¹ <http://forumeja.org.br/brasil>

De acordo com Oliveira (2010), é preciso estar atento para que seja possível entender em que lugar neste emaranhado de interesses é feita a política educacional, bem como as políticas educacionais estabelecidas para a EJA. Em especial, quando é compreendido que o direito à educação básica de qualidade é um grande desafio para o Estado brasileiro, essa reflexão torna-se basilar.

Sindeaux, Bezerra e Loureiro (2018) descrevem que o modelo educacional vigente “transforma o estudante num funcionário habilitado e comprometido, mas pouco reflexivo e muito produtivo (p.4)”. Tal fato evidencia o processo de responsabilização que o indivíduo passa a ter sobre si, sendo considerado como capital humano (Frigotto, 2006). “As diferentes iniciativas voltadas para a EJA, ao longo de sua história, apontam para a continuidade da lógica de conformação à ordem social capitalista (VENTURA, 2018. p. 5).” Esse processo torna natural a existência das desigualdades e mais natural ainda, a acumulação capitalista.

Tudo isto demonstra o quanto o direito à educação de jovens e adultos, na agenda dos governos, tem avançado minimamente, uma vez que esses educandos “não podem ver seus direitos realizados” (PIERRO e HADDAD, 2015, p.199). Ou ainda, como salienta Rummert e Ventura (2007), o compromisso é com a redução dos indicadores de baixa escolaridade, para a manutenção da hegemonia capitalista, o que se opõem à formação de conhecimento sólido, no intuito de propiciar a “emancipação da classe trabalhadora” (p.33).

Rodrigues *et al.* (2015, p.117) ressaltam a importância da discussão da EJA para um viés que proporcione aos educandos a possibilidade de enfrentamento das relações de trabalho, rompendo com as formas alienantes, hierárquicas e fragmentadas.

Dessa forma, busca-se, nesta proposta, articular as perspectivas educacionais em disputa, tomando como referência os documentos publicados tanto pelo INEP, quanto pelo Fórum EJA Brasil na atualidade, com o intuito de obter subsídios para compreender a EJA no sistema educacional brasileiro vigente.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2020.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza**. 2.ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

PIERRO, M. C. D. HADDAD, S. **Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional**. Cad. Cedes, v 35, n. 96, p. 197 - 217, 2015.

RODRIGUES, R. L. SOLANO, C. H. AMBRÓSIO, I. R. SILVA, A. C. B. OLIVEIRA, R. B. **Uma crítica à cidadania liberal no contexto da formação de jovens e adultos na educação escolar**. Conjectura Filos, v. 20, n.2, p. 108 – 122, set/dez, 2015.

RUMMERT, S. VENTURA, J. P. **Políticas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre o Programa Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. Educar, n.29, p. 29 - 45, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política**. Campinas – SP, 32ª ed, Autores Associados. 1999.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas – SP. Autores Associados. 2014.

SINDEAUX, R. B. BEZERRA, F. W. G. LOUREIRO, M. D. S. **As Políticas Educacionais e a Interface Neoliberal: A educação como um “Tesouro a descobrir”**. Ver, Mult. Psic, v.12, N.41, p. 859 – 871, 2018.

VENTURA, J. **Educação ao longo da vida e organismos internacionais: apontamentos para problematizar a função qualificadora da Educação de Jovens e Adultos**. Rev. Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, nº 1, 2013.